

Carta de Recomendações do Seminário Racismo Ambiental

Rio de Janeiro, 5 de junho de 2024.

Conforme demonstrado pela pesquisa [“Percepções sobre o Racismo no Brasil”](#), desenvolvida pelo Projeto SETA e Instituto Peregum, 76% da população brasileira NÃO SABE O QUE É e NEM OUVIU FALAR em Racismo Ambiental. Para romper com o silêncio, organizamos o Seminário *“Racismo Ambiental: o que isso tem a ver com o seu quintal?”*, realizado no Rio de Janeiro nos dias 4 e 5 de junho de 2024. Esta carta é um de seus resultados. Nela, congregamos recomendações de diversas representações da sociedade civil para poderes públicos e agentes governamentais visando a proteção dos direitos das pessoas vítimas do racismo ambiental.

O Racismo Ambiental é uma das muitas formas de discriminação étnica e racial. Expressa-se na privação de direitos fundamentais de populações negras, indígenas, quilombolas, tradicionais, camponesas e das periferias urbanas atrelada à degradação e exposição a riscos climáticos e ambientais. Suas consequências são catastróficas para vida e saúde das populações, para a preservação da biodiversidade e para o clima.

No Brasil, o Racismo Ambiental se reproduz com a negação histórica do direito à terra, ao território e à moradia; na ausência de acesso ao saneamento adequado e energia; no acirramento de conflitos socioambientais e nos assassinatos das populações do campo, das florestas, das águas e das periferias.

O desmantelamento de políticas ambientais e agroalimentares, os desastres sociotécnicos como os rompimentos de barragens de rejeitos de mineração e o uso de agrotóxicos são outros modos de intensificação do racismo ambiental. A gentrificação de espaços urbanos e o crescimento não planejado das cidades, que empurram pessoas negras e indígenas para áreas de maior risco ambiental e climático, são também expressões da discriminação racial e ambiental e fazem parte das violações que vivenciamos em nosso dia a dia, em nossos quintais.

Há uma gama infindável de exemplos que demonstram a construção espacial do racismo ambiental, seja em áreas urbanas ou rurais: a distribuição extremamente desigual de poder, a privatização de serviços públicos e o sequestro dos bens comuns indispensáveis à vida e ao bem viver são aspectos centrais para entendê-la.

As soluções mercadológicas de enfrentamento à emergência climática, que não levam em consideração as ciências, tecnologias e saberes territoriais e ancestrais, têm agravado ainda mais o cenário de negação de direitos fundamentais para as populações negras e indígenas em todo o território brasileiro.

O crescimento dos projetos de comercialização de créditos de carbono, a produção agrícola monocultural para fabricação de biocombustíveis, a multiplicação de fazendas eólicas e solares em nome de uma transição energética, megaempreendimentos de infraestrutura e logística supostamente sustentáveis e a exploração de minerais propagandeada como estratégicos têm agravado conflitos fundiários, raciais e ambientais, mostrando novas faces do Racismo Ambiental.

Todas essas questões foram apresentadas e discutidas ao longo dos dois dias do seminário, realizado pela ActionAid em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) e o Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC), com apoio da Fundação Heinrich Böll e do Projeto SETA (Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista).

Como resultado, para enfrentar este cenário, recomendamos:

- 01** | A regularização fundiária de territórios rurais e urbanos visando o cumprimento da função social da propriedade, o que inclui o reconhecimento e demarcação de territórios coletivos e tradicionais, a reforma agrária para democratização do acesso à terra e a garantia do direito à cidade, com moradia adequada e serviços públicos de infraestrutura e mobilidade urbana.
- 02** | A garantia da Consulta Prévia, Livre e Informada conforme preconizam a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre dos Direitos dos Camponeses e das Pessoas Trabalhando em Áreas Rurais.
- 03** | A ratificação do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe e da Declaração do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre dos Direitos dos Camponeses e das Pessoas Trabalhando em Áreas Rurais.
- 04** | O fortalecimento do Programa de Proteção de Defensores(as) de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), garantindo provimento de recurso adequado para o atendimento às situações de urgência, com especial atenção às necessidades das mulheres negras, indígenas, quilombolas, tradicionais, camponesas e das periferias urbanas.
- 05** | A priorização de ações e recursos para proteção de territórios étnico diversos (periferias urbanas, territórios indígenas, quilombolas, tradicionais, camponeses etc.) nos planos de adaptação e mitigação à mudança do clima.
- 06** | A priorização de ações de adaptação e mitigação climáticas nos planos diretores municipais e a implementação de zoneamentos econômicos e ecológicos construídos de modo participativo, respeitando as cartografias sociais e territorialidades das populações negras, indígenas, quilombolas, tradicionais, camponesas e das periferias urbanas.
- 07** | Uma transição energética e ecológica justa e inclusiva, que priorize modelos descentralizados e comunitários de geração de energia, a proteção e fortalecimento de uma economia sociobiodiversa, a implementação de sistemas agroflorestais e de agroquintais e a promoção de soluções baseadas na natureza e no ecossistema que sejam de base comunitária, priorizando sempre os saberes e fazeres de povos negros, indígenas, quilombolas, tradicionais, camponesas e das periferias urbanas.
- 08** | O fortalecimento e proteção de todo o sistema de seguridade social, garantindo orçamento adequado para o Sistema Único de Saúde (SUS) e a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, das Florestas e das Águas.
- 09** | A garantia do direito humano ao saneamento adequado e à água, com promoção e incentivo às tecnologias sociais.
- 10** | O fortalecimento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e do Extrativismo e das demais políticas para o desenvolvimento rural sustentável, como a composição de linhas de créditos específicas para agricultura familiar com volume de recurso adequado, o fortalecimento dos programas de compras públicas de alimentos e a proibição do uso de venenos e agrotóxicos, principalmente através da técnica de pulverização aérea.
- 11** | A utilização e o incentivo aos canais públicos e populares de comunicação como ferramentas de informação para defesa da democracia e a disseminação da geração cidadã de dados a partir de territórios étnico diversos.
- 12** | A garantia de uma educação antirracista e ecológica para infâncias e juventudes em espaços formais e não formais.
- 13** | Por uma política nacional de cuidado e bem viver, que fortaleça ações e estratégias de promoção do cuidado coletivo, com foco na justiça econômica e socioambiental para populações vulnerabilizadas, sobretudo mulheres negras e pessoas que não dispõem de documentação; com vistas a garantir o acesso a serviços públicos sensíveis a gênero e raça.

Assinam essa carta as seguintes organizações:

- ActionAid
- AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia
- Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro – ACQUILERJ
- Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA
- Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas - CAATINGA
- Casa da Mulher do Nordeste
- Centro Brasileiro de Justiça Climática - CBJC
- Centro das Mulheres do Cabo
- Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM
- Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA-ZM
- Coletivo Caranguejo Tabaiães Resiste - CCTR
- Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado do Maranhão - CMTR-MA
- Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ
- Diáspora Black
- Empresa Brasil de Comunicação - EBC
- Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social - Etapas
- Centro de Pesquisa e Assessoria – Esplar
- Giral
- GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia
- Instituto DuClima
- LabJaca
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB
- Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Pescadoras de Alagoas – MMTRP-AL
- Movimento de Organização Comunitária - MOC
- PerifaConnection
- Polo da Borborema
- Rede Wayuri
- Redes da Maré
- Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais - SASOP
- Tapajós de Fato
- UNAS - União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Realização:



Apoio:

